

## A CRISE DO PLANEJAMENTO, A ECONOMIA DA INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### The planning crisis, the innovation economics and the regional development

**Ulisses Pereira dos Santos**

Economista, doutorando em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG.  
Av Antonio Carlos, 6627. CEP: 31.270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil. ulisses@cedeplar.ufmg.br

**Resumo:** é reconhecido que o planejamento apresenta uma forte correlação com o desenvolvimento econômico desde os primeiros escritos de Henri Saint-simon, precursor desse campo de estudo. O caráter ativo do Estado de bem estar nacional vigente no pós-segunda guerra mundial e o franco processo de crescimento econômico internacional neste período (1945-1970) fizeram com que o planejamento econômico fosse fortemente influenciado pela linha keynesiana. Contudo a crise do padrão de acumulação keynesiano-fordista, a partir da década de 1970, marcou a crise do planejamento, que perdeu espaço nas esferas política e acadêmica. No mesmo contexto, ascendeu um novo padrão de acumulação, baseado num modelo flexível e na competição via inovação e conhecimento. Este modelo deu origem a uma nova forma de ação estatal na economia, a qual deveria se voltar à promoção da capacidade tecnológica local, com vistas a gerar ganhos de competitividade no mercado internacional. Entende-se que este contexto seria favorável à retomada do planejamento, o que não aconteceu. Mesmo sendo o Estado ativo no contexto da economia do conhecimento, o planejamento praticamente não se reergueu da crise instalada ainda na década de 1970. Defende-se aqui que o uso da economia do conhecimento e da inovação na promoção do desenvolvimento regional abre espaço para a retomada do planejamento como política efetiva de governo.

**Palavras-chave:** Planejamento; Desenvolvimento Regional; Inovação; Economia do Conhecimento.

**Abstract:** planning is strongly related to the economic development since the earlier studies performed by Henri Saint-Simon. The role of the State during the post-war (1939-1945) and the economic growth during the golden ages contributed to make planning closer to Keynesian influences. However the Fordist-Keynesian State pattern crisis resulted in the planning crisis during the 1970s. This crisis made this subject lose importance in political and academic sectors. At the same period has appeared a new economic development model, based on flexible accumulation, in the innovative capabilities and in the knowledge. This model originated a new role for the State intervention, which should be focused in technological development and in international competitiveness generation. This context was favorable to the resurgence of planning, which did not happen. Even the State had a very important role in the knowledge economics context, planning was not used or remembered in its action. This paper is about this process, and agrees in the existence of a role for planning in the context of the knowledge economics for regional development.

**Keywords:** Planning, Regional Development, Innovation, Knowledge Economics.

### 1 Introdução

É reconhecido que o planejamento apresenta uma forte correlação com o desenvolvimento econômico desde os primeiros escritos de Henri Saint-Simon, precursor desse campo de estudo (FRIEDMANN, 1991). Nesse sentido, foi verificável em muitos momentos o uso de técnicas de planejamento com vistas a promover o crescimento de regiões deprimidas ou a equidade de renda num determinado contexto nacional. Sendo assim, um amplo ferramental econômico foi utilizado no âmbito do planejamento

com vistas a alcançar tal objetivo (FRIEDMANN, 1977; PARR, 1999).

O caráter ativo do Estado de bem estar nacional vigente no pós-segunda guerra mundial e o franco processo de crescimento econômico internacional, verificado entre as décadas de 1940 e 1960, fizeram com que o planejamento econômico fosse fortemente influenciado pela linha keynesiana, àquela época. Contudo, as mudanças no padrão de acumulação resultantes da crise do modelo fordista-keynesiano, em meados da década de 1970, levaram a uma perda de espaço do planejamento e a crescentes ataques à ação interventora do Estado

na economia.

Por outro lado, o intenso processo de desenvolvimento tecnológico, principalmente no âmbito das tecnologias da informação e comunicação, e a ascensão de um modelo de competição globalizado levou à necessidade de criação de um novo padrão de competição internacional o qual demandava a presença estatal na economia ao invés de sua completa retirada (JESSOP, 2002). Nesse sentido, políticas de desenvolvimento inovativo e tecnológico com enfoque regional ganharam espaço como formas de promoção do desenvolvimento econômico (DINIZ, 2001). Simultaneamente, o planejamento entrava em decadência devido à onda de ataques provindos da ascensão de uma mentalidade neoliberal e aos seus problemas e limitações. Deste modo, as políticas de desenvolvimento local por meio da inovação tecnológica em pouco se associaram ao conceito de planejamento, sendo ambos marcados por trajetórias distintas a partir da década de 1970, mesmo apresentando similaridades.

Nesse sentido, busca-se entender porque o planejamento, enquanto teoria e prática, mesmo guardando forte relação com os novos padrões de desenvolvimento adotados no período subsequente à década de 1970, permaneceu em desuso e imerso em sua crise ao longo das últimas décadas. Frente a este quadro, o presente trabalho tem entre seus objetivos mostrar a relação entre o planejamento e o desenvolvimento econômico, apontando a vinculação do planejamento à política de desenvolvimento regional, pautada tanto nos polos de crescimento, até a queda do paradigma keynesiano-fordista de acumulação, quanto nas aglomerações inovativas, a partir das décadas de 1980 e 1990. Discute-se ainda a manutenção da crise do planejamento frente à ascensão desse novo padrão de desenvolvimento que ainda demanda a ação do Estado na economia. Para cumprir com a proposta deste trabalho, são analisadas e discutidas as contribuições de autores que abordaram a evolução e crise do planejamento e de autores ligados ao paradigma da economia do conhecimento.

O trabalho está dividido em 6 seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção constitui uma apresentação da constituição histórica e teórica do planejamento. A terceira trata de aspectos ligados à transição no padrão de acumulação capitalista a partir da década de 1970 e seus efeitos sobre a ação estatal, o planejamento econômico e as políticas de desenvolvimento regional. A quarta seção fala sobre o planejamento e suas possíveis relações com a economia do conhecimento. A quinta seção trata das sinergias e desencontros entre

a economia do conhecimento e o planejamento. O trabalho é concluído com as considerações finais.

## 2 Teoria do planejamento: um breve histórico

O planejamento tem suas bases teóricas construídas a partir das obras de Henri de Saint-Simon, ainda no início do século XIX, o que faz com que este autor seja considerado o precursor deste campo de estudo (FRIEDMANN, 1991). Já em seus primeiros escritos, Saint-simon apontava a necessidade de promoção do crescimento econômico associado à busca de formas de melhora da qualidade de vida da população. Seu entendimento acerca das medidas que deveriam nortear a ação governamental na França, ainda no século XIX, apresentavam alguma semelhança ao que veio a se consolidar posteriormente com a perspectiva das teorias do desenvolvimento econômico. Essa analogia entre a proposta do pensador e a teoria do desenvolvimento econômico é pertinente ao se observar que além do aumento da riqueza nacional este se preocupava com a melhoria social (FRIEDMANN, 1991). Portanto, já nos primeiros traços na construção de uma teoria do planejamento, fica a sensação da existência de uma perspectiva apontando para a sua utilização com vistas à promoção do que mais tarde se associaria ao desenvolvimento econômico.

Tal afinidade entre o planejamento e o desenvolvimento econômico se afirmou com o desenvolvimento das duas áreas ao longo do século XX, principalmente, pois se trata de um período que foi marcado pela consolidação do Estado de bem estar keynesiano visando ao desenvolvimento de regiões deprimidas mundo afora. Esse contexto daria origem ao que Healey (2005) definiu como uma das três grandes vertentes do planejamento, o planejamento econômico<sup>1</sup>.

Friedmann (1991) traça a linha evolutiva do planejamento remetendo às suas origens teóricas nos vários campos do conhecimento que contribuíram para a sua formação. Ao tentar sintetizar as principais influências intelectuais sobre o planejamento, o autor mostra a economia se desdobrando em duas perspectivas distintas na sua construção. Segundo a sistematização proposta por este autor,

---

1 Para esta autora o planejamento poderia ser dividido em três grandes linhas. Seriam elas, o planejamento econômico, o desenvolvimento físico do espaço e a análise de políticas públicas (HEALEY, 2005).

a primeira linha de influência da ciência econômica sobre o planejamento viria da economia neoclássica. Esta se associaria ao planejamento como herdeiro das contribuições de Adam Smith e John S. Mill e daria sustento para o desenvolvimento das teorias do bem-estar e da ciência política em meados do século XX.

Outra perspectiva econômica que influenciaria a construção do planejamento é derivada da Economia Institucionalista, que por sua vez descenderia da Escola Histórica Alemã, do século XIX. Essa perspectiva se baseou no estudo das instituições econômicas e sociais, examinando seus defeitos com vistas a propor suas reformas. Friedmann (1991) sugere que os institucionalistas tiveram importantes contribuições no planejamento de questões relativas ao pleno emprego, crescimento econômico e desenvolvimento regional entre outros.

A partir desta sistematização, o autor propõe uma espécie de síntese das origens do planejamento econômico, considerando uma raiz com base na economia ortodoxa e outra com base na crítica institucionalista. Ao longo desse esquema se percebe que essas duas raízes do planejamento econômico passam a incorporar influências que transcendem às escolas econômicas que as originaram.

A economia neoclássica é considerada forte influência na composição da tradição de planejamento denominada por Friedmann (1991) como "Análise de Políticas", que também teria influências da estatística e da matemática. Os planejadores alinhados a esta tradição podem ser definidos como engenheiros sociais que, de acordo com o autor, acreditam ser capazes de alcançar as melhores soluções por meio do uso de técnicas científicas e matemáticas apropriadas. Esta tradição assume ainda a perspectiva de valores que são característicos da economia neoclássica, como o individualismo, a supremacia do mercado na distribuição dos recursos existentes e a lógica de equilíbrio.

Já a influência da economia heterodoxa ao planejamento daria origem à sua vertente denominada "Reforma Social" (FRIEDMANN, 1991, p. 95)<sup>2</sup>. Esta tradição estaria centrada no papel do Estado na orientação social, sendo o seu entendimento acerca do planejamento pautado na aplicação do conhecimento técnico em assuntos públicos. Segundo o autor, a partir da publicação da *Teoria Geral*, de Keynes, os adeptos da Reforma Social assumiriam que a intervenção estatal deve ser

efetiva, sendo esta voltada para a busca do pleno emprego, do crescimento econômico e da redistribuição da renda. Faz-se necessário salientar que esta tradição lançaria mão de outras perspectivas e instrumentos econômicos não estritamente ligados à economia institucional, mas que seriam úteis para o planejamento público, como a contabilidade social (Kuznets), a economia regional e urbana (Perloff) e o desenvolvimento econômico (Hirschman), entre outros.

Nesse sentido, a perspectiva heterodoxa do planejamento econômico, assumindo a influência keynesiana, utilizou roupagem marcada pela preocupação estatal com a promoção do estado de bem estar social, associado à manutenção de elevados níveis de crescimento da economia. Num cenário marcado pelo crescimento econômico acelerado e pelo esforço de industrialização e desenvolvimento de economias periféricas, o planejamento passaria a ser, cada vez mais, entendido como uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento econômico. O uso de políticas públicas visando a impulsionar o consumo interno e a alimentar o crescimento industrial, pautado no regime Fordista de acumulação de capital, marcou a atuação governamental nesse período (HEALEY, 2005). O planejamento econômico utilizaria, assim, uma roupagem capitalista e fiel aos padrões de acumulação que prevaleciam no cenário de franco crescimento econômico no pós-guerra. As políticas de bem estar adotadas pelas grandes economias capitalistas e a promoção de um modelo de produção de massa estiveram entre as estratégias que marcaram este modelo crescimento e planejamento, que prevaleceu nos chamados anos dourados.

Por tudo isto, ressalta-se que se tratou de um contexto no qual o crescimento e a industrialização de regiões deprimidas foram colocados como focos fundamentais da ação estatal, nos âmbitos regional e nacional, visando ao desenvolvimento econômico. A ação estatal promovendo o crescimento em economias, como as latino-americanas nos anos 1950, ou regiões pouco desenvolvidas como o Vale do Tennessee nos Estados Unidos um pouco antes na década de 1930, assumiam este entendimento. Tal perspectiva pode ser vista na afirmação:

O planejamento regional está basicamente relacionado à eliminação das características da economia dual (FRIEDMANN, 1977, p. 382).

Pelas palavras deste autor, fica claro qual era o objetivo da maior parte dos atores envolvi-

<sup>2</sup> Friedmann (1991) propõe a existência de quatro tradições na teoria do planejamento. São elas, a Reforma Social, a Mobilização Social, a Análise de Políticas e o Aprendizado Social.

dos na elaboração de políticas públicas ao redor do mundo, àquela época. Esta concepção do papel do planejamento foi carregada por uma forte carga de keynesianismo, praticamente inevitável naquele período. Por isso, também guarda semelhanças com os desenvolvimentos ligados ao estruturalismo latino-americano, particularmente, com as obras da tradição cepalina. O estímulo à demanda como indutor do crescimento e do desenvolvimento de áreas deprimidas se colocava como o carro chefe das políticas governamentais então adotadas. O planejamento regional, segundo esta ótica, poderia possibilitar ao Estado nacional a consolidação de mercados, uma melhor exploração dos recursos existentes e a execução de um conjunto de obras infraestruturais. Esse processo criaria repercussões sobre os níveis de emprego da população, renda e consumo, possibilitando, assim, o crescimento da economia.

O pressuposto da existência de economias duais abriu caminho para o surgimento de variadas teorias visando à promoção do desenvolvimento regional com base na linha de influência keynesiana. Nesse sentido, cabe menção à perspectiva do crescimento desigual, sustentada nas obras de Hirschmann (1977) e Myrdal (1960). Esta linha de análise identificou uma lógica pela qual as regiões mais ricas tendiam a ampliar seu crescimento enquanto as regiões mais pobres se mantinham estagnadas, sendo tal condição associada à prevalência de mecanismos de mercado. O fio indutor de tais contribuições reside na ideia de que o crescimento das regiões mais ricas pode gerar repercussões negativas (efeitos de polarização) superiores às positivas (efeitos de fluência) sobre as regiões mais pobres num determinado país. Tratar-se-ia de um mecanismo de causalidade circular cumulativa, o qual resultaria no acirramento das desigualdades regionais. Devido a isso, estas contribuições teóricas defendiam abertamente a ação Estatal objetivando dirimir a tendência à desigualdade no crescimento regional. Tais esforços estiveram, durante a década de 1960 principalmente, no cerne das políticas de desenvolvimento regional que objetivavam reduzir as disparidades de crescimento entre as regiões de um mesmo país. Por isso, elas também se associavam fortemente ao que se entendia por planejamento econômico e regional àquela época.

No entanto, a perda de espaço do paradigma de produção e acumulação Fordista, entre as décadas de 1970 e 1980, também levou a uma retração do uso das políticas de desenvolvimento e planejamento com teor keynesiano. Nesse período foi aberto espaço para o reaparecimento de ideias liberais em prol da retirada do Estado de questões

econômicas. Neste contexto, qualquer medida que sinalizasse a intervenção governamental, como requeria o planejamento, estaria sujeita ao seu não uso ou implementação pelos governos com tendências liberais como o britânico e o norte-americano, naquele período (HEALEY, 2005).

Contudo, este mesmo período mostrou a transição para um novo padrão de acumulação, a partir da década de 1970, pautado no avanço das tecnologias da informação e na maior acessibilidade aos mercados. As teorias do desenvolvimento econômico passaram a apontar um ganho de importância da inovação e dos fatores que a estimulam para a ampliação da renda nos diversos países. Passou-se a considerar que a capacidade dos agentes em inovar marcaria sua posição no cenário econômico, assegurando sua competitividade e acumulação de riqueza. Logo este novo contexto demandaria uma nova interpretação do planejamento, assim como houve com o desenvolvimento, com vistas a entender e a utilizar os benefícios da tecnologia para a melhora do desempenho econômico.

### **3 Teorias e políticas de inovação localizada e o planejamento regional**

#### **3.1 A teoria dos polos de crescimento**

A partir da década de 1960 teve grande difusão o uso de estratégias de desenvolvimento econômico regional baseadas na chamada teoria dos Polos de Crescimento (PERROUX, 1967). Tratava-se de uma orientação teórica de grande repercussão na escola francesa, que bebeu principalmente nas contribuições de François Perroux e Jaque Boudeville, e que teve forte influência sobre os formuladores de políticas públicas àquela época. Muito do que feito em termos de planejamento econômico, e regional, naquele período foi baseado na teoria dos polos que tinha como proposta central a implantação de uma indústria inovadora num determinado espaço econômico ou regional. Tal indústria transmitiria seu crescimento para os outros setores componentes daquele espaço, promovendo, assim, o espalhamento do crescimento regional. A expansão nos níveis de crescimento desta indústria induziria, portanto, o crescimento de todas as indústrias a ela ligadas estabelecendo uma espécie de cadeia de crescimento econômico.

A indústria indutora do crescimento seria chamada "motriz", sendo caracterizada pela sua vinculação a uma gama de indústrias menores que se beneficiariam de seu crescimento, por meio de

transbordamentos para trás ou para frente (PERROUX, 1977). A presença desta indústria motriz caracterizaria os polos de crescimento no espaço, que não necessariamente se distribuiriam equitativamente ao longo do território nacional. O polo de crescimento seria marcado, então, pela existência de um conjunto de indústrias localizado numa zona urbana que geraria efeitos de crescimento direcionados à sua zona de influência. Segundo esta lógica, os polos transmitiriam seu crescimento para o seu entorno, promovendo a expansão da economia regional (DINIZ, 2001).

Perroux (1977) considerava que o crescimento econômico seria fortemente dependente da criação de novas indústrias e da introdução de inovações. Segundo este autor, os desequilíbrios causados pela introdução do novo produto ou processo criariam oportunidades para um crescimento industrial acima da média numa determinada região, o que claramente reflete uma perspectiva *schumpeteriana* em seu pensamento. Nesse sentido, os polos de crescimento sustentados por indústrias inovadoras apresentariam taxas mais vigorosas de crescimento e maior fôlego para o sustento do desenvolvimento regional. A aglomeração das atividades econômicas também seria uma das marcas centrais dos polos de crescimento. Os benefícios da proximidade espacial, que não se resumiriam apenas em reduções nos custos de transporte, mas também em aspectos como a facilidade ao acesso a fatores de produção com menores custos e o estabelecimento de melhores condições de compra e venda, facilitado pelo contato face-a-face, estariam no rol dos benefícios da aglomeração. Portanto, “[e]m um polo industrial complexo, geograficamente aglomerado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas, devido à proximidade e aos contatos humanos” (PERROUX, 1977, p. 154). Estes fatores, bem como os ganhos de mercado que as firmas obteriam pela localização na proximidade de outras firmas, dariam origem às economias externas que justificariam a sua aglomeração espacial na composição dos polos de crescimento.

A aglomeração das atividades industriais em polos se relacionaria a outra importante constatação de Perroux (1977). Esta diz respeito ao caráter desigual do crescimento econômico no espaço. O crescimento econômico se daria, então, principalmente no polo, tendo seus desdobramentos para o seu entorno imediato. Como aponta o autor, “(...) o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos fi-

nais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1977, p. 146). Deste modo, seria possível observar regiões nas quais haveria um crescimento mais intenso, como resultado do polo, em detrimento de outras, onde isso não seria verificável.

Devido a estes aspectos, no decorrer da década de 1960 o uso dos polos de crescimento começou a ser visto como uma solução para quase todos os problemas regionais existentes (PARR, 1999). Nesse sentido, o planejamento regional, com vistas a promover o desenvolvimento econômico das regiões, foi muitas vezes resumido à tentativa de uso desta estratégia.

O uso dos polos de crescimento como uma técnica de planejamento regional diz respeito à crença que seria possível gerar polos artificiais no espaço. Ou seja, polos de crescimento constituídos através da intervenção pública com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de uma determinada região economicamente deprimida. Nesse contexto, foram várias as justificativas e motivações para a adoção desta estratégia. Entre elas, é possível mencionar a promoção da desconcentração regional das atividades econômicas naturalmente concentradas, a regulação do processo de urbanização e migração e a busca pelo equilíbrio econômico inter-regional. Desta forma, é possível dizer que se esperava muito dos polos de crescimento planejados ou resultantes de políticas públicas, ao passo que os principais desenvolvimentos teóricos a este respeito trataram principalmente dos efeitos e repercussões de polos de crescimento naturais ou espontâneos, ou seja, não oriundos da ação estatal (PARR, 1999).

O uso indiscriminado dos polos de crescimento com vistas à promoção do crescimento regional levou a algumas falhas em sua implementação, as quais colocaram e xeque sua validade enquanto política regional. Uma das falhas no uso dos polos diz respeito à pouca atenção dada ao tipo de atividade econômica que deveria sustentar os polos planejados, ou seja, à indústria motriz escolhida. Tal ponto apresenta grande importância, dado que os efeitos do polo sobre seu entorno dependeriam do tipo de atividade econômica nele implantada e da sua capacidade de gerar efeitos para frente e para trás. Sendo que, estes efeitos poderiam ser positivos, neutros ou negativos. Outro ponto que contribuiu para o fracasso de polos planejados é relacionado à pressão dos planejadores e governos na obtenção de resultados a partir de sua implantação. Cabe mencionar que em muitos dos casos nos quais o uso desta estratégia fracassou houve o abandono prematuro da política de construção do polo, devi-

do a fatores políticos ou à ausência de resultados de curto prazo, não havendo o devido tempo para a obtenção dos resultados econômicos concretos (PARR, 1999).

O mau uso dos polos de crescimento foi a principal causa para que esta estratégia de desenvolvimento regional fosse rechaçada em períodos subsequentes, contribuindo para a relativa perda de espaço do planejamento econômico e regional no contexto da ascensão do liberalismo econômico. Todavia, tais falhas seriam resultantes da pouca atenção dada aos fatores que determinariam seus resultados efetivos, de fato. Parr (1999) aponta alguns dos aspectos que demandariam atenção neste sentido. O primeiro seria relacionado à transmissão do crescimento do polo para o seu entorno. Em tal conjuntura o crescimento do entorno deveria ser capaz de compensar todos os problemas causados pela implementação de um polo. Contudo, em geral os planos que se utilizaram da criação de polos de crescimento artificiais não levaram em conta os efeitos negativos destes. Tampouco se avaliou o possível saldo entre os efeitos positivos e negativos resultantes da sua implantação. Nesse sentido, o planejamento alinhado à utilização de polos artificiais seria pouco eficaz na estimativa dos impactos sobre o seu entorno. Os possíveis efeitos de polarização, apontados por Hirshimann (1977), e os *backwash effects*, introduzidos por Myrdal (1960), os quais se refletiriam nos *spillovers* negativos oriundos de um polo, estariam entre este tipo de impacto indesejado.

Outro ponto diz respeito à necessidade de reestruturação da região na qual seria instalado o polo de crescimento. Esta reestruturação deveria ser feita de modo a facilitar o crescimento dos polos e da própria região, sendo que se trataria basicamente da constituição da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da indústria motriz e para a transmissão de seus efeitos sobre o seu entorno. O tipo de indústria motriz a ser utilizado como carro chefe do polo de crescimento também teria uma importância especial, neste contexto. Dever-se-ia, portanto, escolher para tal função uma indústria que fosse, de fato, capaz de transmitir seu crescimento a outros agentes, gerando assim os encadeamentos vislumbrados por Perroux (1977), quando este versava sobre a transmissão do crescimento. Ademais, esta indústria deveria ter condições de recriar seu crescimento ao longo do tempo, refletindo sua capacidade em inovar.

Observa-se que, embora tenha apresentado problemas quando se tratou das tentativas frustradas de uso dos polos de crescimento artificiais, esta

teoria deixou marcas no que diz respeito a algumas estratégias de desenvolvimento regional que vieram a ser utilizadas a partir do último quarto do século XX. Fatores como o papel da inovação tecnológica na indução do crescimento regional e a aglomeração espacial como facilitadora da expansão industrial podem ser considerados influências diretas deste desenvolvimento teórico sobre estratégias como a implantação de *clusters*, arranjos produtivos e inovativos locais, parques tecnológicos e distritos industriais, que foram difundidas a partir da década de 1970 e no decorrer das décadas seguintes.

Dentre os exemplos mais recentes, é possível mencionar os esforços na promoção de *clusters*, ou arranjos produtivos locais (APLs), que marcaram as políticas de desenvolvimento adotadas principalmente na década de 1990, as quais visavam a promoção de vantagens competitivas de acordo com a perspectiva defendida por Porter (1990). Os APLs remetem diretamente à ideia de polo de crescimento, sendo constituídos pela aglomeração espacial de indústrias inter-relacionadas e instituições. Sua característica central seria a coexistência de relações de cooperação e competição no mesmo espaço regional, sendo a proximidade física um indutor da competitividade para as empresas ali localizadas. Vantagens ligadas à especialização também estariam no âmbito dos APLs. Ainda na década de 1990 outro conceito a ganhar espaço foi o de Sistemas Regionais de Inovação (SRIs) baseado na contribuição *neoschumpeteriana* (COOKE, 1998). Esse enfoque afirma que a existência de um conjunto de instituições voltadas para a ciência e tecnologia, com identificação regional, atuaria viabilizando a atividade inovativa da indústria local. Deste modo, seus formuladores encampavam uma defesa pela promoção de esforços regionalizados de pesquisa e desenvolvimento, assim como o estreitamento dos laços entre a esfera científica e a produtiva, o que seria potencializado pela proximidade entre os agentes. A capacidade inovativa regionalizada, sustentada na ação do SRI, geraria as vantagens competitivas locais, num contexto econômico internacional. O foco na inovação e a importância da indústria também fazem desse conceito um herdeiro da teoria dos polos de crescimento, que de forma similar apresentava forte influência *schumpeteriana* em sua formulação. Ambos os conceitos, APLs e SRIs, surgiram num contexto de reafirmação do papel das regiões no cenário econômico, frente ao crescente ataque à ação dos governos nacionais via políticas de desenvolvimento, o que se deu num cenário de ascensão do liberalismo.

Tais conceitos associados a casos bem sucedidos de desenvolvimento regional, como os distri-

tos industriais da terceira Itália, onde se formou um polo contando com políticas voltadas para a oferta e inovação, mostraram que a ideia de polos de crescimento poderia sim ser utilizada como uma estratégia de desenvolvimento regional (PARR, 1999). A busca de políticas de desenvolvimento regional similares a esta promoveu o reaparecimento de uma gama de políticas voltadas para o desenvolvimento da oferta e para a aglomeração de pequenas empresas com teor inovativo. Estratégias de desenvolvimento regional baseadas na inovação e na criação de ambientes inovativos contando com a forte atuação de centros de pesquisas e universidades como ocorreu no Vale do Silício, nos Estados Unidos deram a tônica deste novo leque de estratégias que, pode se dizer, constituiriam uma evolução dos princípios da teoria dos polos de crescimento motivada com a mudança no padrão de acumulação internacional (DINIZ, 2001).

### **3.2 O novo padrão de acumulação, a crise do planejamento e as novas tendências para o desenvolvimento regional**

A década de 1970 foi marcada pela crise do padrão de acumulação fordista. As crises que afetaram praticamente todas as economias capitalistas ocidentais neste período caracterizavam certo esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado mundo afora, com forte intervenção estatal na economia e baseado na produção e no consumo de massas. O que muitos chamaram como crise do Estado de bem estar keynesiano abria espaço para uma nova onda de argumentos e políticas liberais. A ascensão de regimes liberais nos Estados Unidos e na Inglaterra, com Reagan e Thatcher, respectivamente, foram os grandes marcos desta época.

Por isso, tratou-se de um período de fortes críticas à ação do Estado Desenvolvimentista, que prevaleceu entre as décadas de 1940 e 1960, pautadas principalmente no excesso de gastos públicos, nos altos níveis de tributação e na burocratização exacerbada o que prejudicaria a eficiência e a competitividade do setor privado (TAYLOR, 1998). Neste contexto, qualquer manifestação favorável à intervenção estatal em fatores ligados ao crescimento econômico passou a ser fortemente combatida. Com o planejamento não foi diferente. Em suas mais diversas facetas, este foi paulatinamente abandonado e questionado, tanto devido à mentalidade que ganhava espaço nas esferas de governo, quanto pelas experiências mal sucedidas no seu uso passado. No ambiente acadêmico o interesse

pelo planejamento e por discussões a ele relacionadas também perdeu espaço, sendo esta temática paulatinamente abandonada. Sendo assim, assume-se esta fase como a crise do planejamento econômico, num contexto marcado também pela crise do padrão fordista de acumulação de capital e de perda de espaço da ação do Estado como ator econômico. Em contrapartida, era aberto espaço, cada vez mais amplo, para a adoção de práticas de mercado nos âmbitos econômico e de governo (KLOSTERMAN, 1996).

Dentre os vários argumentos contrários ao planejamento que ascenderam neste período, é possível destacar aqueles que assumiam que este, enquanto instrumento de intervenção estatal, inibiria o setor privado, impedindo a inovação, e impondo problemas financeiros e administrativos desnecessários para a economia. Segundo esta lógica, o planejamento somente poderia ser justificado em situações envolvendo a melhoria no fluxo de informações entre os diversos agentes, defendendo a atuação do governo na economia apenas em situações marcadas por falhas de mercado, ou na provisão de bens públicos (KLOSTERMAN, 1996). O ressurgimento do liberalismo acirrado no decorrer da década de 1980 resgatou a visão de que o desenvolvimento regional e urbano deveria ser determinado pelas forças de mercado (TAYLOR, 1998). Segundo essa perspectiva, a livre ação dos agentes privados levaria a resultados mais eficientes que a ação planejadores públicos.

Esta fase também foi marcada por uma grande evolução nas tecnologias da informação acompanhada pela crescente abertura dos mercados. O conceito de globalização começava a ganhar corpo, sendo que ao mesmo tempo as relações tempo/espaço se comprimiam facilitando o acesso à informação nos mais variados lugares do mundo. Neste novo cenário a competição entre os agentes se tornaria muito mais aguçada. O desempenho econômico em mercados mais integrados e com maior fluidez das informações passaria a ser pautado por vantagens comparativas dinâmicas, baseadas na diferenciação e qualidade de produtos, em detrimento de vantagens comparativas estáticas, referentes a preços e custos achatados, que haviam vigorado no decorrer dos anos de ouro do fordismo (DINIZ, 2001).

Estaria aberto, então, um novo contexto marcado por um padrão de competição *schumpeteriano* no qual a inovação e a capacidade de absorver conhecimento pelos agentes seriam determinantes para o bom desempenho nos mercados internacionalizados. Ganharia lugar, assim, a economia do

conhecimento, na qual os bens e serviços passam a demandar cada vez mais empenho intelectual na sua concepção, desenvolvimento e produção, ou seja, a dotação de conhecimento presente nos bens economicamente comercializáveis seria cada vez maior (DINIZ, 2001). A velocidade em inovar e a capacidade de identificar e absorver inovações nos mercados também seriam diferenciais importantes para a sobrevivência no cenário da economia do conhecimento.

Frente a este cenário, o Estado nacional deveria se deparar com novas atribuições, dado o caráter competitivo intrínseco à abertura dos mercados e ao desenvolvimento tecnológico. Deste modo, o Estado nacional passaria a ser responsável por assegurar condições para a competitividade dos agentes internos. Jessop<sup>3</sup> (2002) afirma que, mesmo num contexto de mercados abertos o Estado nacional continuava a intervir na economia, contrariando os argumentos neoliberais que ascenderam com a crise do fordismo. Segundo este autor, o Estado passava, então, a assumir novas funções no quadro de uma competição *schumpeteriana* internacional, de modo a criar condições internas para a existência de competitividade local, o que seria o determinante da sobrevivência das firmas, regiões e nações frente a este mercado globalizado. De acordo com este quadro, questões relativas à absorção e ao desenvolvimento de novas tecnologias deveriam se colocar no centro das preocupações estatais.

Ao mesmo tempo o processo de globalização criava, ou recriava, as escalas de atuação do Estado, assumindo intervenções das esferas de governo nacional, regional e local. Neste sentido, ao invés da retirada do Estado, como advogavam os defensores do liberalismo econômico a partir da década de 1970, o que se verificava neste novo contexto seria a manutenção da sua intervenção, mas sob uma nova roupagem e em distintas escalas. Os processos de *catch up* de economias, como a sul-coreana, e a consolidação da economia japonesa como uma das mais dinâmicas do mundo balizaram a afirmação deste padrão de atuação estatal, pautado no desenvolvimento tecnológico e na competitividade externa.

Ainda neste contexto de abertura dos mercados, marcada por um arrefecimento das políticas nacionais de caráter protecionista, foi observada a necessidade da retomada da importância econô-

mica e política das regiões (DINIZ, 2001; JESSOP, 2002). A região ascendia como o lugar da produção e, conseqüentemente, da inovação. Assume-se que as empresas, o berço da inovação por essência, por mais internacionalizadas e globalizadas que fossem também contariam com os efeitos do ambiente no qual se inserem no decorrer do processo de inovação. Nesse sentido, as regiões também seriam responsáveis pela competitividade dos agentes nela inseridos. Ao mesmo tempo, a integração dos mercados levaria a um contexto no qual a competição deixaria de ser somente entre os países, mas também entre as regiões subnacionais, tanto na esfera nacional quanto na esfera internacional. Na medida em que o mercado global ganhava espaço, a importância da escala regional voltava à tona, principalmente no que dizia respeito à regulação e à competição. Nesse sentido, as regiões ganhavam espaço como agentes competitivos num mercado cada vez mais integrado e diversificado se responsabilizando também por funções relativas à regulação e à ampliação da competitividade local (SWYNGEDOUW, 1989).

Logo, o papel do Estado nas suas escalas regional e local, enquanto locus da produção e da inovação, seria centrado na criação de condições para assegurar a competitividade interna frente ao cenário da economia global.

In tandem with the rise of international state apparatuses, we find a stronger role for regional and/or local states (...) In the wake of the Fordist crisis, however, local economic activities involve greater emphasis on economic regeneration and competitiveness. The central concern has become how state institutions can improve the competitiveness of regional and local economies in the emerging world economy (JESSOP, 2002, p. 197).

Neste sentido, a preocupação regional deveria ser voltada à constituição de um arranjo institucional capaz de alimentar o potencial inovativo local. Ou seja, caberia às regiões ou localidades proporcionarem às empresas nelas inseridas um ambiente voltado ao aprendizado. Ganharia espaço, deste modo, a perspectiva de regiões de aprendizado (ASHEIM, 1995; FLORIDA, 1995).

O quadro da economia do conhecimento, iniciado com a crise do fordismo, fez com que o aprendizado regional se tornasse uma estratégia de desenvolvimento e competitividade (DINIZ, 2001). Determinariam o aprendizado regional a existência

---

3 Bob Jessop é um pesquisador em sociologia política britânico, formado sobre forte influência dos trabalhos de Nicos Poulantzas, que tem como foco de pesquisa a evolução e mudanças no Estado capitalista.



de esforços locais de pesquisa básica e aplicada e da prática produtiva partilhando um mesmo ambiente regional. Nesse sentido, os aspectos ligados ao contexto geográfico e social que facilitariam a troca de informações entre os agentes teriam importância fundamental. Logo, seria facilitada a interação entre os conhecimentos científico e técnico-produtivo, ou seja, os campos da produção de conhecimento e da produção de bens e serviços, com o objetivo central de se alcançar a inovação tecnológica.

A existência de pessoal qualificado também se colocaria como uma característica essencial das regiões de aprendizado. Caberia a estas regiões a formação de um contingente profissional alinhado aos desenvolvimentos técnicos e científicos internacionais, de modo a construir capacitações locais de decodificação e absorção de tecnologias desenvolvidas no exterior (FLORIDA, 1995). A presença deste contingente profissional asseguraria a competitividade local por meio da sua alta qualificação e da inserção nas atividades produtivas. Portanto, seria fundamental às regiões de aprendizado a existência de centros de formação e treinamento de profissionais e universidades voltadas para a qualificação tecnológica da população.

Também ganhou espaço o papel da aglomeração espacial no desenvolvimento produtivo e inovativo da indústria. A inovação seria impulsionada em meios com grande densidade industrial por meio de fatores como o contato face a face entre os agentes, as melhores possibilidades de interação e cooperação e os efeitos de transbordamento. A proximidade em relação a universidades e instituições de pesquisa, a um corpo de trabalhadores qualificados, e a outras empresas geraria externalidades em favor da inovação nas empresas (DINIZ, 2001). Deste modo, ascenderam vários conceitos teóricos buscando entender e advogar a favor das aglomerações produtivas como estratégia de desenvolvimento regional e competitividade empresarial. Os conceitos ligados a *clusters*, arranjos produtivo e inovativos locais, parques científicos e tecnológicos, redes de inovação e sistemas regionais de inovação, seguem nesta linha (COOKE, 1998).

O caso da terceira Itália passou, assim, a ser um símbolo não só em prol das aglomerações produtivas e do modelo de polos de crescimento com ênfase na oferta, como também da queda do padrão de acumulação fordista e sua transição para um padrão flexível e baseado na competição via inovação, o pós fordismo (JESSOP, 2002). Vários casos similares se espalharam pelo mundo, sempre com ênfase na criação de ambientes propícios para a inovação tecnológica. Este foi o cenário para uma

revisão do papel Estatal na economia e na promoção do desenvolvimento regional.

### 3.3 As políticas de inovação e o desenvolvimento regional

Neste contexto de mudança no quadro da intervenção estatal e ascensão de um novo regime de acumulação de capital e competição internacional, o planejamento econômico passaria por um momento de transição. Sua perda de espaço nas esferas de governo e na academia, motivado pela influência neoliberal em alguns setores do Estado e da academia viria a ser um sinalizador de uma fase de mudança no teor do planejamento econômico, até então bastante identificado com o paradigma fordista e o Estado de bem estar keynesiano, enquanto suporte para a reprodução do capital (KLOSTERMAN, 1996).

O novo paradigma, baseado num processo de acumulação flexível e pautado na necessidade de competitividade, seria o delineador de um conjunto de novas políticas que podem ser identificadas como os traços do que se sugere que poderia dar origem a uma nova linha de planejamento, identificada ao Estado *schumpeteriano*. Tais políticas seriam baseadas na constituição de distritos industriais e aglomerações industriais inovativas, tomando como exemplo os casos da terceira Itália e do Vale do Silício (EUA).

A terceira Itália constitui um caso específico de desenvolvimento regional e industrial, pautado em distritos industriais formados por pequenas e médias indústrias. O crescimento acelerado desta região, mesmo num período de dificuldades para a economia internacional, foi baseado num modelo flexível de produção com grande ênfase na cooperação entre os agentes. Os distritos industriais eram compostos por um conjunto de pequenas empresas visando a alcançar economias externas de escala, por meio da aglomeração, frente às economias internas de escala verificadas pelas grandes empresas (ASHEIM, 1995). Este tipo de estrutura econômica regional se pautou na imersão social e ambiental dos agentes viabilizando a troca de informações e sustentando a cooperação entre eles. O ambiente industrial localmente identificado promoveria a cooperação direta e/ou indireta entre as firmas.

Embora, os distritos industriais italianos se dedicassem a atividades econômicas tradicionais, a capacidade inovativa seria um aspecto determinante para a sobrevivência das pequenas e médias

empresas desta região, devido à competição acirrada no cenário do mercado global. Principalmente neste quesito a cooperação entre os mais diversos agentes imersos nestes distritos industriais teria um papel decisivo (GALVÃO, 2000). A cooperação permitia aos agentes imersos num distrito industrial a redução dos riscos e dos custos inerentes à introdução de um bem ou processo inovador. Ao mesmo tempo, o caráter flexível da produção nestes distritos facilitava a introdução de inovações pelos seus membros.

Situação similar foi verificada na região do Vale do Silício, nos Estados Unidos. Nesta região se desenvolveu uma série de indústrias voltadas para a microeletrônica, sendo este processo favorecido pela presença e atuação da universidade de Stanford. No pós-guerra, esta universidade foi beneficiada com volumosos recursos financeiros governamentais objetivando a promoção pesquisas de interesse militar, o que deu origem a variados desenvolvimentos científicos e tecnológicos. Como fruto deste processo, em 1949 foi criado o parque científico da universidade de Stanford, o qual resultou em *spillovers* materializados em novas empresas que se aglomeraram nas proximidades da universidade (DINIZ, 2001; GALVÃO, 2000). Nesse sentido, o *boom* da indústria de semicondutores abriu caminho para o nascimento de muitas pequenas empresas voltadas para esta atividade naquela região. Estas pequenas empresas se integravam a um modelo de competição e cooperação, pelo qual, apesar da franca concorrência, era possível identificar padrões de aprendizado mútuo, favorecendo a sua lógica inovativa (GALVÃO, 2000).

O caráter inovador das empresas sediadas no Vale do Silício, em meio ao contexto de ascensão do paradigma tecnológico da microeletrônica, num cenário de economias francamente abertas, reforçava a ideia de regiões competitivas e inovadoras. O sucesso das empresas localmente identificadas com o Vale do Silício inspirou os formuladores de políticas de desenvolvimento regional ao redor do mundo. Grande parte das políticas de desenvolvimento regional passaria, então, a levar em consideração a promoção de distritos ou arranjos produtivos e inovativos locais.

Tais experiências impulsionaram estudos e políticas voltadas para a promoção de aglomerações produtivas nos mais variados setores e com os mais diversos objetivos. A atuação estatal em suas escalas regionais se colocava como um importante indutor para o desenvolvimento destas aglomerações industriais. O uso de instrumentos para a promoção de indústrias chave para o desenvolvimento

dos distritos, a regulação das relações econômicas e sociais locais, e a provisão de infraestrutura para o desenvolvimento econômico regional figuraram entre os campos de atuação pública neste cenário (MARKUSEN, 1999).

Tudo isto fez com que a ideia de *clusters* ganhasse espaço como um conceito que iria além dos distritos industriais por ser aberto a todo o tipo de aglomeração espacial, não importando o tamanho das firmas ou o caráter da sua produção. Assim, o uso de políticas de *clusters* ganhou grande importância tanto em economias de industrialização avançada, como um instrumento para a revitalização de áreas economicamente deprimidas, quanto em economias periféricas, como uma estratégia de desenvolvimento industrial (GALVÃO, 2000). Tal condição foi motivada pela possibilidade de criação de vantagens competitivas por meio do uso de aglomerações produtivas industriais, o que se daria por meio das economias de aglomeração resultantes da promoção dos *clusters* (PORTER, 1990).

A busca da promoção do desenvolvimento regional por meio das aglomerações produtivas locais se colocou como uma estratégia frente ao cenário de abertura dos mercados e competição internacional no qual estavam imersas as regiões. Deste modo, os termos *clusters*, arranjos produtivos locais e distritos industriais, entre outros, ganhavam cada vez mais importância nas esferas de políticas públicas. Sendo que, na medida em que se desenvolviam as tecnologias da informação e da comunicação e se acirrava a competição internacional, a capacidade de inovar se tornava mais importante para o desenvolvimento econômico.

Por isso, em muitos aspectos o Estado já não se contentava apenas com a promoção de aglomerações produtivas, buscando também assegurar que estas tivessem caráter inovativo. Exemplos desse processo residem em políticas adotadas principalmente em escala regional com vistas à promoção tecnológica, como no Japão, com os centros de pesquisa municipalmente localizados e denominados *Kohsetsushi*, e na Alemanha, com a descentralização das políticas de ciência em tecnologia as quais passaram a contar com o maior empenho dos governos estaduais na promoção e difusão tecnológica com foco em pequenas e médias empresas (COOKE, 1992). Nos EUA foram adotadas políticas com o intuito de promover o empreendedorismo acadêmico, por meio de mudanças relativas aos fundos de ciência e tecnologia e à propriedade intelectual. O objetivo de tais esforços poderia ser resumido nos efeitos positivos da pesquisa universitária sobre o P&D industrial e seus consequentes impac-

tos sobre o desenvolvimento regional naquele país (JESSOP, 2002). Na Inglaterra é possível mencionar o caso da cidade de Birmingham, na qual houve forte esforço na promoção de uma política local de desenvolvimento pautada na criação de um parque tecnológico e de atrativos para a atração de atividades econômicas (TAYLOR, 1945). Políticas similares se espalharam mundo afora, mas apresentaram efetividade principalmente nas economias que despontaram como as de maior crescimento e desenvolvimento ao fim do século XX.

Assim, ganharam espaço políticas regionais voltadas para a promoção dos *clusters* inovativos, distritos inovativos industriais, arranjos inovativos locais e parques tecnológicos. Todas estas iniciativas buscavam promover o interesse inovativo local, assumindo a conjuntura de competição *schumpeteriana* a que estavam submetidas as regiões a partir das últimas duas décadas do século XX, principalmente. Contudo, esse conjunto de esforços encampados pelo Estado na sua perspectiva mais *schumpeteriana* confrontava um contexto de liberalização, abertura dos mercados nacionais e diminuição da intervenção estatal em escala nacional, como aponta Harrison (1992, p. 471).

Moreover, at a time when much of the rest of the world seemed to be embracing the Reagan-Thatcher philosophy that government involvement in the economy only erodes economic efficiency, in Europe (and even in a few states in the USA), local and regional governments have been actively supporting their industrial districts with a variety of infrastructural and business services (HARRISON, 1992, p. 471).

Esta onda baseada nas aglomerações com caráter inovativo reviveu os esforços alinhados ao estabelecimento de polos de crescimento. Nesse sentido, a inovação tecnológica e a concentração do crescimento em regiões seriam as maiores evidências dessa relação entre as estratégias de desenvolvimento regional pós-crisis do petróleo e a teoria perrousiana. Contudo, o dinamismo e flexibilidade produtiva que deveriam acompanhar as aglomerações produtivas num cenário global adicionariam novos elementos à agenda iniciada por Perroux (1967).

Esta intensa onda de desenvolvimentos tecnológicos no fim do século XX, o desenvolvimento dos países do leste asiático e a ascensão das teorias *neoschumpeterianas* culminaram com a elaboração de uma agenda de pesquisa voltada para

a análise da economia do conhecimento. Nesse modelo econômico o aprendizado ganharia uma importância especial, sendo o determinante para a evolução dos agentes econômicos nos mercados, como coloca Florida (1995, p. 532), “[i]n this new economic environment, regions build economic advantage through their ability to mobilize and to harness knowledge and ideas”. Uma característica chave neste sentido seria relacionada à capacidade de aprender por parte dos agentes econômicos em geral. Esta capacidade de aprendizado seria potencializada pela proximidade espacial entre estes agentes econômicos (ASHEIM, 1995). Em outros termos, a aglomeração espacial dos agentes proporcionaria a maior interação e conseqüentemente um maior aprendizado entre as firmas e indivíduos.

Assim, as regiões deveriam criar condicionantes tais que favorecessem a criação e o fluxo de conhecimento internamente, com ênfase na criação de capital humano capacitado a aplicar suas habilidades à produção local. Os esforços para criar um ambiente local de conhecimento e aprendizagem seriam os guias da competitividade econômica no cenário da economia global (FLORIDA, 1995). Nesse sentido, atividades de P&D, como ensino e treinamento profissional, deveriam ganhar foco especial na criação das “regiões de aprendizado”.

Por fim, cabe ressaltar que as contribuições acerca dos sistemas regionais de inovação, da inovação regionalizada e do aprendizado regional remetem à tradição da Escola Histórica Alemã. Especificamente à contribuição de Friedrich List (1789-1846) e seu conceito de sistema nacional de economia política, o qual adiantou algumas das principais sugestões de políticas da linha de pensamento *neoschumpeteriana* (FREEMAN, 1995). O conceito forjado por List tinha como objetivo apresentar uma agenda com políticas e ações determinantes para a promoção do desenvolvimento econômico alemão àquela época. O ponto central de tais políticas dizia respeito à promoção da ciência e da tecnologia. Seu conjunto de propostas, nada mais era do que um guia para o planejamento econômico alemão com vistas à fazer com que seu país alcançasse aos mais desenvolvidos na época. Cabe ressaltar que essa Escola Histórica se trata da mesma escola de pensamento que influenciou a economia institucionalista e gerou as bases para uma das tradições de planejamento acima apresentadas, a Reforma Social (FRIEDMANN, 1991). Observa-se, portanto, que o planejamento e a economia do conhecimento guardam além de objetivos similares, sobretudo o desenvolvimento econômico, origens bastante parecidas. Tal aspecto já seria razão suficiente para que a promoção de políticas inovativas locais como

estratégia de desenvolvimento servisse como pilar para uma retomada das políticas de planejamento regional nas décadas de 1980 e 1990, o que não aconteceu de fato.

#### 4 A Economia do conhecimento e o planejamento

Embora as estratégias de desenvolvimento regional pautadas em aglomerações inovativas e na economia do conhecimento tenham feito bastante sucesso a partir da década de 1980, os desenvolvimentos teóricos acerca do papel da inovação no desenvolvimento regional começaram a ser sistematizados somente na década de 1990. Muitos desenvolvimentos teóricos ganharam notoriedade neste período, mas em grande medida de forma desarticulada e originando conceitos diversos para fenômenos similares. Deste modo, em economia regional ganharam espaço os conceitos de redes de inovação, distritos inovativos, parques tecnológicos, entre outros, sempre visando a identificar o papel da aglomeração espacial na promoção da inovação tecnológica e o papel da inovação no desenvolvimento regional (COOKE, 1998).

Para este mesmo contexto, Castells e Borja (1996) advogavam a existência de uma espécie de protagonismo das cidades, ou, em outros termos, do local, frente ao novo cenário internacional observado a partir da crise do fordismo. O ganho de importância da escala local frente à ascensão do global, marcada pelas experiências de reestruturação econômica, motivaria esta percepção. Deste modo, seriam várias as situações onde os governos locais tomariam decisões com vistas a suprir a retirada do Estado nacional, devido à onda neoliberal, promovendo o desenvolvimento local e o crescimento econômico. Os exemplos seriam verificáveis na Europa, Ásia e Estados Unidos, originando uma onda de inovações institucionais. As redes de inovação locais, marcadas pela atuação de pequenas e médias empresas localmente identificadas e com alta capacidade inovativa, também estariam no quadro deste cenário de protagonismo das cidades.

Quanto ao planejamento econômico, sua crise a partir da década de 1970 fez com que este fosse pouco lembrado, mesmo sendo observável a manutenção da atuação governamental com vistas a promover o desenvolvimento regional sob uma nova roupagem. Enquanto o Estado ganhava um novo escopo de atuação, mais próximo do paradigma *schumpeteriano*, não se verificou um novo perfil para o planejamento econômico e regional alinhado

do a essa nova tendência. O que ficou claro àquela época foi a sua perda de espaço na esfera pública. Deste modo, os programas e planos governamentais que se tornaram populares durante o período fordista também perderam espaço e foram progressivamente mitigados.

O que se verificou como um esforço mais próximo a um planejamento, alinhado a um mercado aberto, dinâmico e marcado pela competição via inovação foi o que ficou conhecido na década de 1990 como planejamento estratégico. O planejamento estratégico constitui um conjunto de ações com vistas a criar uma imagem positiva da localidade, sendo muitas vezes associado a uma tentativa de publicidade das cidades. Ao mesmo tempo, tenta-se promover a integração da sociedade ao processo de promoção e desenvolvimento urbano e regional. Ou seja, objetiva-se criar um panorama de identificação social para com o projeto de cidade moderna e desenvolvida que se pretende alcançar por meio deste planejamento estratégico. Estes planos são compostos por grandes projetos executados por meio de ações integradas. Ao mesmo tempo são marcados pela parceria entre as esferas de governo e a iniciativa privada na promoção de melhorias urbanas visando a favorecer a competitividade local (SÁNCHEZ, 1999).

A gênese do planejamento estratégico remete ao processo de globalização, que seria um indutor da competição entre as localidades. Sua proposta central seria a tentativa de fortalecimento e valorização da imagem local frente à onda globalizante. Nesse sentido, o planejamento estratégico seria a forma pela qual estas cidades adquiririam condições para competirem e sobreviverem no contexto da economia global. Deste modo, não só haveria uma competição entre empresas em busca da melhor localização no espaço global, como também entre as localidades em busca da atração de novos capitais e da manutenção dos já existentes.

Assume-se, então, que no paradigma global a competição entre cidades não se limitaria à sua vizinhança, mas sim a toda e qualquer localidade semelhante ao redor do mundo. Logo, o planejamento estratégico leva em conta essa necessidade de competitividade por parte das cidades buscando alcançar os devidos condicionantes para a sua sobrevivência econômica no contexto de livres mercados. Suas bases conceituais são originadas na escola militar e na *business school* norte-americana, o que justifica o teor competitivo inerente ao planejamento estratégico. Este padrão de planejamento seria, ainda, uma ferramenta associada à capacidade das cidades em responderem às mudanças

no contexto, econômico, geográfico e social, no qual estariam inseridas (SÁNCHEZ, 1999). Nesse contexto, as grandes cidades deveriam ser capazes de responder às necessidades impostas pela nova base econômica, pela busca e manutenção da devida infraestrutura urbana, da qualidade de vida, da integração social e da governabilidade (CASTELLS; BORJA, 1996). Alcançar tais objetivos significaria alçar aos níveis requeridos de inserção e competitividade externa e desenvolvimento social interno, segundo a ótica do planejamento estratégico.

O Estado deveria, portanto, assumir uma posição renovada enquanto gestor público, sendo esta direcionada a certo empreendedorismo urbano/ regional. Trata-se de uma lógica que não se submete aos requerimentos neoliberais, pautados na não intervenção estatal, e tampouco ao intervencionismo acirrado de outrora. O planejamento estratégico seria uma forma de ajuste local aos requerimentos do novo contexto econômico, imposto pela integração dos mercados resultante do aumento na velocidade dos transportes e comunicação.

Para os críticos desta ideia, o planejamento estratégico constitui uma espécie de venda da imagem e do espaço local. Seria uma forma de submissão do meio urbano/ regional à lógica do mercado em detrimento da ótica pela qual se identificava o planejamento como uma forma de amenizar os desequilíbrios impostos pelo modo de produção capitalista.

A defesa do planejamento estratégico ascendeu no mesmo contexto da economia do conhecimento. Fatores como a flexibilização produtiva e o ganho de importância das localidades frente à globalização marcam e explicam a origem destas duas formas de se pensar o desenvolvimento local. Em alguns pontos estas duas linhas apresentam convergência. A ênfase na existência de uma competição global envolvendo não apenas empresas, mas também o espaço se encontra nas duas perspectivas. A necessidade de atuação pública promovendo condicionantes para o desempenho competitivo dos agentes internos também seria um ponto de coincidência.

Ainda assim, não é visível uma possível relação entre a economia do conhecimento e o planejamento estratégico. Apenas de forma superficial é possível verificar alguma convergência entre estas tendências como, por exemplo, a menção feita por Castells e Borja (1996) à promoção de parques industriais e tecnológicos dentre uma das linhas de ação do planejamento estratégico das cidades.

Visto a ascensão da economia do conhecimento numa fase de transição do padrão de ação

do Estado na economia e, conseqüentemente, do planejamento econômico, se acredita que há a necessidade de incorporação de aspectos voltados para o Estado *schumpeteriano* no escopo de decisões dos planejadores públicos. Embora seja passível de críticas nos mais diversos núcleos, apenas os defensores do planejamento estratégico assumiram esta necessidade, ainda que de forma superficial, incorporando a promoção da inovação e da competitividade. Essa associação se faz importante por ser o planejamento historicamente identificado como uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento econômico. Dado que o desenvolvimento econômico, mais do que nunca, não demanda apenas a industrialização de regiões deprimidas como também o avanço tecnológico destas, o planejamento deve incorporar formas de superar tais desafios.

## 5 Planejamento e economia da inovação: sinergias e desencontros

O planejamento desde seus primeiros passos manteve uma relação muito íntima com o desenvolvimento econômico. Não seria exagero afirmar que o planejamento nasce como instrumento para se alcançar o desenvolvimento, dentre outros objetivos de política. Essa relação entre as duas disciplinas esteve muito clara quando do ápice do estado de bem estar keynesiano. Por isso, o planejamento, como instrumento para o desenvolvimento econômico, ficou tradicionalmente associado a uma linha de ação primordialmente keynesiana. O grande processo de crescimento econômico verificável no decorrer dos anos de ouro (1945-1970), com a forte ação fiscal do Estado, acirrou essa percepção.

Nesse contexto, o planejamento foi a forma pela qual o Estado promovia e favorecia o desenvolvimento industrial local e buscava a correção dos desequilíbrios causados pelo processo de acumulação de capital fordista. A grande marca desse período é a ação estatal planejando e promovendo a reprodução da força de trabalho com vistas a favorecer a manutenção do crescimento industrial fordista, pautado na produção em massa e na competição via preços e quantidades produzidas. Nesse sentido, assegurar condições para a produção industrial em larga escala a baixos custos se colocou como o indutor fundamental do desenvolvimento econômico, àquela época.

Contudo, como visto acima, a partir da década de 1970 a crise do paradigma de acumulação fordista marcou também um novo quadro de ação

do Estado nacional. A produção em larga escala deu lugar a um modelo de produção flexível, no qual ganhava cada vez mais importância a diferenciação e a qualidade dos bens finais, o que viria a aumentar a dotação tecnológica na produção. Fatores como o conhecimento e o aprendizado industrial passariam a ser determinantes na competição industrial. Ao mesmo tempo a abertura dos mercados ampliava a competição entre os agentes para um contexto global. Deste modo, o padrão de acumulação industrial ganharia um novo escopo havendo uma transição de um modelo keynesiano para uma lógica de competição *schumpeteriana* (JESSOP, 2002).

Ainda neste período, a ascendente onda neoliberal foi um dos indutores da crise do planejamento, que em muitos aspectos também seria oriunda de falhas em sua execução no quadro estatal keynesiano (KLOSTERMAN, 1996; PARR, 1999). Deste modo, o planejamento perdeu espaço nos âmbitos público e acadêmico, num quadro no qual a intervenção estatal seria fortemente atacada. Contudo, o que se verificou de fato não foi a retirada do Estado de ações econômicas, mas sim uma mudança no seu quadro de ações (JESSOP, 2002). Esse novo teor do leque de ações estatal englobava medidas voltadas a munir as localidades, regiões e nações de condições para competirem no mercado global de acordo com uma lógica *schumpeteriana*. Pode-se dizer que àquela época a ação estatal se dissociou quase que completamente do uso do planejamento, ou pelo menos de seu uso assumido.

Como dito acima, a promoção de distritos industriais, *clusters* inovativos e parques tecnológicos esteve entre as estratégias de promoção do desenvolvimento regional e nacional neste período. Contudo, tais políticas não se associaram a um padrão de planejamento, dado a paralela crise deste. Mesmo tendo sido o planejamento durante muitos anos um sinônimo da promoção de polos de crescimento, teoria e política regional precursora de toda a perspectiva baseada na inovação localizada, não se observou esforço algum para a associação desta nova frente ao planejamento regional. O sucesso de empreendimentos regionais como a terceira Itália e o Vale do Silício, onde a ação do Estado foi fundamental para o bom desempenho da indústria, no que tange, sobretudo, à sua capacidade de inovação, também não foi suficiente para que o planejamento e a economia da inovação se associassem para uma retomada do primeiro.

A leitura de Cooke (1998) permite verificar a defesa da ação governamental na promoção do ambiente relativo à inovação regionalizada, mas sem que o autor se utilize do termo 'planejamento'

para isso. O trecho abaixo, no qual o autor define o conjunto de instituições que formariam um *cluster* inovativo regional, representa essa tendência:

The innovative regional cluster will consist of firms, large and small, comprising an industry sector in which network relationships exist of can be commercially envisaged, research and higher education institutes, private R&D laboratories, technology transfer agencies, chambers of commerce business associations, vocational training organizations, relevant government agencies and appropriate government departments (COOKE, 1998, p. 10)

Essa tendência à ascensão da inovação regionalizada como estratégia de desenvolvimento regional estaria alinhada ao surgimento do Estado *Schumpeteriano*, defendido por Jessop (2002). No entanto, curiosamente, a ascensão do Estado *schumpeteriano*, a partir do qual as mais diversas escalas de Estado (regional, local e nacional) deveriam ter como foco central a criação e sustentação de facilitadores da inovação, não foi suficiente para um resgate do planejamento. Ainda que os principais desenvolvimentos teóricos e empíricos acerca da inovação e seu papel na economia tenham apontado a importância fundamental da ação Estatal na sua promoção, não foi observável menção ao papel do planejamento, nesse sentido.

Pelo que se observou, a economia do conhecimento e da inovação criou uma nova linha para a promoção do desenvolvimento econômico, regional ou nacional, a qual demanda para o seu sucesso a ação estatal em diversas frentes. Tais esforços contemplariam a qualificação profissional, com investimento em universidades e escolas técnicas, a pesquisa básica e aplicada, com a criação e sustento de institutos e centros de pesquisa, o suporte a agências de apoio à inovação e à gestão, além da provisão de infraestrutura para o setor produtivo, visando a, sobretudo, conectar o espaço local ao mercado internacional, desse modo ganham importância investimentos em transportes e comunicações (FLORIDA, 1995; JESSOP, 2002). O Estado, portanto, teria como função prover e sustentar um corpo institucional e estrutural capaz de promover o desenvolvimento tecnológico e a aproximação da economia local aos principais atores e mercados internacionais. A ação nestas frentes, para seu sucesso, deve ser bem coordenada e articulada de modo a dar origem aos resultados esperados. Essa tendência mais que justificaria um resgate do planejamento econômico, e se alinha à função econômi-

ca dessa atividade num cenário capitalista, como é apontado por Friedmann (1991, p. 43):

La planificación estatal respalda, por tanto, a los negocios, y generalmente incluye una orientación económica general, la prestación de servicios públicos (que dan cuenta de una gran parte de los costes de reproducción de la mano de obra), grandes inversiones en infraestructuras, subsidios empresariales, y la protección de los derechos de propiedad (FRIEDMANN, 1991, p. 43).

Em outros termos, a reprodução da força de trabalho, com enfoque para a qualificação técnica e científica, a provisão de infraestrutura e a proteção aos direitos de propriedade, sobretudo, intelectual, são ações estatais utilizadas no âmbito da economia da inovação para a defesa e estímulo à inovação localizada. Mas, o uso de tais ações, originalmente associadas à tradição do planejamento econômico, não levou a um resgate do conceito de planejamento.

Assim, mesmo sendo plenamente aplicável ao novo padrão de acumulação e ação estatal que surgia a partir da década de 1970, o planejamento pareceu não ser capaz de sair da crise em que entrou juntamente ao padrão de acumulação keynesiano. Os resquícios da crise do planejamento, somados aos fracassos e limitações alcançados pelo seu mau uso, geraram uma memória negativa tão forte a ponto de impedir a retomada deste conceito, assim como do uso de políticas de planejamento. Adicionem-se a isso as já mencionadas críticas oriundas do resgate da perspectiva liberal, que vigorou em alguns dos principais centros econômicos mundiais, e a associação entre a prática de planejamento e a ineficiência da burocracia estatal, fortemente combatida por esses regimes.

Portanto, o período imediatamente seguinte aos anos de ouro foi marcado por um processo de perda de espaço do planejamento motivado pela popularização de políticas e ideias alinhadas à economia de mercado. Tendência que se verificou, em primeiro lugar, nos Estados Unidos e Inglaterra, e se espalhou rapidamente por outros países (KLOSTERMAN, 1996). Nesse sentido, a forte relação entre a ação estatal e o planejamento, como conceito e prática, e a sua forte componente keynesiana, forjada durante os “anos de ouro”, podem ajudar a entender por quais razões o planejamento não foi retomado no contexto da economia do conhecimento.

O termo planejamento figurou dentre o con-

junto de itens que caracterizaria o Estado Keynesiano negativamente, do ponto de vista liberal. Por outro lado, a ação do Estado favorecendo a pesquisa científica, a propriedade intelectual e a formação profissional estaria no rol das intervenções estatais aceitas pelo liberalismo ao se direcionar às chamadas falhas de mercado e bens públicos (FINE, 1999). Ou seja, a promoção da economia do conhecimento, por mais que exigisse a intervenção Estatal, teria esta direcionada a aspectos aceitáveis para o contexto da economia liberal. Em contrapartida, sua associação ao, então, mal visto conceito de planejamento, poderia reacender toda a sua história ligada à intervenção, gastos públicos e keynesianismo o que seria inaceitável para o período.

Como reflexo dessa condição, pode-se dizer que apenas a partir da ascensão do conceito de planejamento estratégico algumas das políticas alinhadas ao contexto da economia do conhecimento, foram incorporadas pelo planejamento, embora seu foco central seja muito mais voltado para uma espécie de *marketing* regional. Este padrão de planejamento que ganha aceitação se caracteriza por um perfil muito mais voltado para a perspectiva empresarial que para a perspectiva estatal. Ou seja, uma forma de planejamento que se afastaria do Estado e da sua ineficiência apregoada pela ótica liberalista. Assim, incorpora entre outros aspectos a importância da promoção de ambientes inovativos para o desenvolvimento local.

Entende-se aqui que o ponto de convergência entre o planejamento e o desenvolvimento econômico, mesmo agora sob a roupagem da economia da inovação, se mantém, o que é baseado na ação do Estado. A busca pela competitividade regional, a criação da infraestrutura de ensino e pesquisa e a sistematização de um ambiente favorável à atividade inovativa são aspectos cabíveis na sistematização de planos de médio e curto prazo para o desenvolvimento regional. No entanto, mesmo defendendo abertamente a ação do estado na promoção do desenvolvimento por meio da inovação e da competitividade, a literatura a este respeito praticamente não considera o planejamento nessa defesa. Da mesma forma, não é perceptível um movimento do planejamento em si na busca pela sua redenção, o que poderia se dar pela sua aproximação a esta nova forma de promoção do desenvolvimento regional.

Acredita-se, então, que o planejamento enquanto instrumento de ação estatal visando ao desenvolvimento econômico, numa ótica capitalista, deve de fato incorporar aspectos ligados à evolução tecnológica. Ou seja, o planejamento, assim como

o Estado nacional, no âmbito da economia do conhecimento deveria assumir uma posição alinhada a um padrão *schumpeteriano*. A promoção de políticas de inovação localizada a partir da década de 1970 e aspectos presentes na concepção dos planos estratégicos mostram uma tendência neste sentido.

## 6 Considerações finais

Este trabalho assume o planejamento como uma forma de intervenção estatal visando à promoção do desenvolvimento econômico, de acordo com a tradição Saint-simoniana e as influências da economia na sua estruturação. Logo, acredita-se que o Estado, enquanto executor, e o desenvolvimento, enquanto objetivo, são fatores chave para o entendimento das formas e políticas de planejamento utilizadas no decorrer dos anos. De forma similar, o planejamento constituiu durante anos uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento econômico e regional através da ação estatal. Tudo isso indica uma relação mútua entre o planejamento e o desenvolvimento econômico, enquanto ação e objetivo de políticas.

Desde modo, o planejamento esteve intimamente ligado ao padrão de acumulação keynesiano-fordista, tendo sido também absorvido pela sua crise na década de 1970. Nesse sentido, a mudança no padrão de acumulação fez com que o planejamento perdesse espaço seja no âmbito político, seja no acadêmico. Ademais, a onda liberal que se espalhou pelas economias capitalistas, tendo como marcos suas versões norte-americana e inglesa, reduziu o papel do Estado na economia e consequentemente o uso do planejamento. A visão negativa da ação estatal, oriunda dessa retomada do liberalismo, associada às suas próprias falhas na tentativa de promoção do desenvolvimento regional, levou a uma perda de espaço do planejamento dentre as práticas públicas. No mesmo contexto, a formação e a pesquisa em planejamento perdiam espaço com o fechamento de escolas e com a menor demanda estatal por planejadores públicos (TAYLOR, 1998).

Entretanto, mesmo frente ao cenário liberalizante presente no decorrer das últimas três décadas, acredita-se na hipótese defendida por Jessop (2002), segundo a qual a queda do paradigma keynesiano não provocou a completa retirada do Estado da economia, mas sim uma mudança em suas atribuições. O Estado passaria, então, a figurar como um promotor da competitividade nacional, regional e local, por meio de políticas visando à pro-

moção da inovação e da tecnologia. Assim sendo, acredita-se que haveria ainda espaço para a retomada do planejamento no contexto da promoção das aglomerações inovativas locais. Ou seja, o planejamento poderia ser retomado como prática, na promoção das regiões inovativas, ou dos sistemas regionais de inovação, e como teoria ao se buscar uma aproximação com a economia *neoschumpeteriana*, com a qual guarda algumas similaridades, principalmente no que tange ao papel das políticas públicas para o desenvolvimento.

Entretanto, esta possibilidade não se confirmou, se mantendo o planejamento imerso em sua crise, enquanto se difundia um padrão de acumulação flexível, pautado na inovação e no conhecimento como mecanismos para o desenvolvimento regional. Acredita-se que tal situação é oriunda da forte associação entre o planejamento e a ação estatal, num enfoque keynesiano, que se construiu entre as décadas de 1950 e 1960, o que passou a ser fortemente condenado a partir da década de 1970 com a ascensão do liberalismo. Mesmo o planejamento estratégico, identificado como uma retomada do planejamento numa roupagem de mercado a partir dos anos de 1990, não se mostrou suficientemente alinhado ao que se conhece atualmente por economia do conhecimento e da inovação, mesmo que estas duas esferas de pensamento apresentem alguns pontos de convergência.

Pelo lado da economia da inovação, também não são verificáveis menções ao planejamento, seja na esfera nacional seja na esfera regional. A defesa pela política de inovação e desenvolvimento, assim como da criação de instituições de ensino e pesquisa, justificariam o uso do planejamento enquanto guia da ação estatal, sendo esse, contudo, adequado a este novo padrão de desenvolvimento capitalista.

Esse cenário mostra que fica aberta uma lacuna a qual poderia ser preenchida pelo planejamento econômico, como guia das políticas para a promoção de aglomerações inovativas, distritos industriais, parques tecnológicos e sistemas regionais de inovação, enquanto políticas de desenvolvimento regional. Ainda que o cenário pós-crise da década 1970 tenha apontado para a separação entre o planejamento e as políticas de desenvolvimento regional, acredita-se que estas ainda têm sinergias muito fortes. Nesse sentido, a necessária ação do Estado na promoção dos condicionantes alinhados ao desenvolvimento de regiões inovativas configura uma brecha para a retomada do planejamento. Nesse sentido, acredita-se que o planejamento poderia cumprir um papel central na definição e con-



dução das ações esperadas do supracitado Estado *schumpeteriano*.

Esse desuso do planejamento, acredita-se, deriva da dimensão da crítica a ele destinada no decorrer dos anos de 1970 e 1980, e, talvez, da desatenção dos pesquisadores da economia da inovação e do próprio planejamento quanto à sua aplicabilidade às novas teorias do desenvolvimento regional. A crítica ao planejamento, que se relacionou diretamente à crítica à ação Estatal na economia, levou em consideração basicamente as falhas do Estado de Bem Estar Keynesiano. O excesso de gastos públicos, a ineficiência atrelada à burocracia estatal e as políticas mal sucedidas, sobretudo no campo do desenvolvimento regional, embasaram essa crítica, que tomou grandes proporções com força da retomada liberal nas principais economias mundiais. Assim sendo, o planejamento, como qualquer outra forma de ação estatal, foi em boa medida associado aos males da intervenção do governo no sistema econômico. No que tange à pouca atenção de pesquisadores e estudiosos do planejamento e da economia da inovação sobre o uso conjunto dessas estratégias há pouco o que se justificar. Mas é possível afirmar que há espaço para um avanço na busca pela aproximação intencional dessas duas visões acerca das práticas para o desenvolvimento econômico. Ambas as linhas de pensamento podem se beneficiar dessa possível aproximação, a qual promoveria ganhos nos campos da teoria e da ação.

O presente trabalho buscou entender porque o planejamento, embora aplicável ao novo padrão de desenvolvimento, baseado na inovação tecnológica, permanece subutilizado e é praticamente renegado pela economia da inovação. O ataque ao Estado, e a tudo que a ele se relaciona durante a primazia do padrão Fordista-Keynesiano, pautada na ascensão liberal é a principal resposta para essa questão. Contudo, sabe-se que este trabalho é limitado por dar foco a apenas uma das facetas do planejamento, o planejamento econômico com enfoque para o desenvolvimento capitalista, e consequentemente deixar descoberta toda a literatura atrelada às outras vertentes do planejamento. Sabe-se ainda da necessidade em se explorar evidências concretas acerca desse pouco uso de práticas de planejamento concomitante ao uso de políticas para o sustento da atividade inovativa, principalmente na escala regional. Acredita-se que tais evidências possam ser verificáveis por meio de estudos de caso, principalmente, o que fica como sugestão para o desenvolvimento de pesquisas futuras acerca da temática aqui proposta.

## Referências

- ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial). **Parques Tecnológicos: estudos análises e proposições**. Brasília: ABDI, 2010.
- ASHEIM, B. Industrial districts as 'learning regions': condition for prosperity? In: CONFERENCE OF THE IGU COMMISSION ON 'INTERDEPENDENT AND UNEVEN DEVELOPMENT: Global-local perspectives', 1995, Seoul. [Texto] Seoul: StepGroup, 1995. Disponível em: <http://www.step.no/reports/Y1995/0395.pdf>. Acesso em: jul. 2008.
- CASTELLS, M; BORJA, J. As cidades como atores políticos. In: **Novos Estudos**. n. 45, São Paulo: CEBRAP, 1996. p. 152-166.
- COOKE, P. Introduction: origins of the concept. In BRACZYK, H; COOKE, P; HIDERNREICH, M (Eds). **Regional Innovation Systems**. London:UCL Press, 1998. p. 2-25.
- COOKE, P. Regional innovation systems: Competitive regulation in the new Europe. **Geoforum**, v. 23, n. 3, p. 365-382, jan, 1992.
- DINIZ, C. C. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29. 2001, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2001.
- FINE, B. The Developmental State is Dead – Long Live Social Capital? **Development and Change**, Oxford, v. 30, p. 1-19, 1999.
- FLORIDA, R. Toward the learning region. **Futures**, London, v. 27, n. 5, p. 527-536, Jun., 1995.
- FREEMAN, C. The National System of Innovation in Historical Perspective. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 19, n. 1, p. 5-24. Jan., 1995.
- FRIEDMANN, J. **Planificación en el Ámbito Público**. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 1991.
- FRIEDMANN, J. Planejamento regional: o problema da integração espacial. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 381-394.
- GALVÃO, O. Clusters e Distritos Industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de políticas. **Planejamento e políticas públicas**. N. 21, p. 3-49. jun/2000.
- HEALEY, P. **Collaborative planning: shaping**

places in fragmented societies. Vancouver: UBC Press, c1997. 338 p.

HARRISON, B. Industrial Districts: old wine in new bottle? **Regional Studies**, n. 26, v. 5, p. 469-483. 1992.

HIRSCHMAN, A. O. Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p 35-52.

JESSOP, B. **The future of the capitalist state**. Cambridge: Polity Press, 2002.

KLOSTERMAN, R. E. Arguments for and against planning. In: CAMPBELL, Scott; FAINSTEIN, Susan (Edits.). **Readings in Planning Theory**: Malden, MA: Blackwell Publishers, 1996.

MARKUSEN, A. Four Structures for Second Tier Cities. In: MARKUSEN, A; LEE, Y; DIGIOVANNA. **Second Tier Cities: rapid growth beyond the metropolis**. Minneapolis/ London: University of Minnesota Press, 1999.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1960. 240p.

PARR, J. Growth-pole Strategies in Regional Economic Planning: a retrospective view. (Part 1, Origins and Advocacy; Part 2, Implementations and Outcome). **Urban Studies**, jun/jul, 1999, vol. 36, nos. 7 e 8.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Livraria Moraes, 1967. 755 p.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. pp. 145 - 156.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. n. 1. Campinas: ANPUR, 1999.

SWYNGEDOUW, E. The heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyperspace. **Geografiska Annaler**. v. 71, n. 1, p. 31-42.